

# ÓRGÃOS POLICIAIS E COMPETÊNCIA LEGAL PARA INVESTIGAÇÃO



Audiência Pública - Câmara dos Deputados  
10/03/2020  
Rodrigo Foureaux

# CICLO COMPLETO DE POLÍCIA

- Conceito;
- O mundo todo adota o Ciclo Completo de Polícia;
- E no Brasil?
  - Polícia Federal;
  - Polícia Militar nos crimes militares e na lavratura do TCO;
- Para que haja o Ciclo Completo de Polícia é necessário que haja desmilitarização?
- Natureza da atividade exercida pela Polícia Militar.

# OS POLICIAIS MILITARES SÃO PROMOTORES DE DIREITOS HUMANOS

## Os ensinamentos de Direitos Humanos na PMMG

CURSO	DISCIPLINA	EMENTÁRIO
Curso de Formação de Oficiais (CFO)	Direitos Humanos - 40 horas-aula	Introdução aos Direitos Humanos - Atuação Policial e os Direitos Humanos- Eixos Temáticos em Direitos Humanos- Democracia e Estado de Direito- A função de aplicação da lei- Conduta ética na aplicação da lei- Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF)- Código de Conduta para os Encarregados de Aplicação da Lei -Princípios orientadores para aplicação efetiva do CCEAL- Súmulas vinculantes nº 11 e 14 e atuação policial- Responsabilidade do Estado decorrente da atuação policial- Responsabilidade do Agente público na prática de atos ilícitos. Captura, detenção, prisão e atendimento às vítimas de crime - Portaria interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública- Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 2, de 15 de dezembro de 2010 que estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública. O profissional de segurança pública e sua atuação frente aos Grupos Vulneráveis, Minorias étnicas, linguísticas e religiosas.

Curso de Formação de Soldados (CFSd)	Direitos Humanos 20 horas-aula	Conceito e fundamentos dos Direitos Humanos (revisão)- Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro- Direitos Humanos na Polícia Militar de Minas Gerais- Eixos temáticos e ações em Direitos Humanos: Educação- Procedimento Policial para Proteção dos Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis, minorias étnicas, linguísticas e religiosas. Atuação policial no atendimento à mulher. Atuação policial no atendimento a crianças e adolescentes. Atuação policial no atendimento à população LGBTQT. Atuação policial no atendimento às pessoas com deficiência. Atuação policial no atendimento ao idoso.
Curso de Habilitação de Oficiais (CHO)	Direitos Humanos 30 horas-aula	Introdução aos Direitos Humanos - Atuação Policial e os Direitos Humanos- Eixos Temáticos em Direitos Humanos- Democracia e Estado de Direito- A função de aplicação da lei- Conduta ética na aplicação da lei- Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF)- Código de Conduta para os Encarregados de Aplicação da Lei -Princípios orientadores para aplicação efetiva do CCEAL- Súmulas vinculantes nº 11 e 14 e atuação policial- Responsabilidade do Estado decorrente da atuação policial- Responsabilidade do Agente público na prática de atos ilícitos. Captura, detenção, prisão e atendimento às vítimas de crime - Portaria interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública- Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 2, de 15 de dezembro de 2010 que estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública. O profissional de segurança pública e sua atuação frente aos Grupos Vulneráveis, Minorias étnicas, linguísticas e religiosas.
Curso de Formação de Sargentos (CFS)	Direitos Humanos 20 horas-aula	O profissional de segurança pública e sua atuação frente aos Grupos Vulneráveis, Minorias étnicas, linguísticas e religiosas: Contextualização, Conceituação de Grupo Vulneráveis e Minorias étnicas, linguísticas e religiosas. Atuação policial no atendimento à mulher. Atuação policial no atendimento a crianças e adolescentes. Atuação policial no atendimento à população LGBTQT. Atuação policial no atendimento às pessoas com deficiência. Atuação policial no atendimento ao idoso. Atuação policial no atendimento à população em situação de rua. Atuação policial frente às minorias étnicas, linguísticas e religiosas.

# CICLO COMPLETO DE POLÍCIA E IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

- Análise econômica do Direito;
- Quanto custa o crime para o Brasil?
- Qual é a economia para os cofres públicos caso haja a implementação do Ciclo Completo de Polícia?

# Exemplo de situação de deslocamento de guarnição da Polícia Militar face ao Plantão Regionalizado da Polícia Civil – Minas Gerais

Município	Mesorregião	Plantão Regionalizado	Distância Km	Tempo Estimado
Santo Antônio do Jacinto	Jequitinhonha	Almenara	180	4h40
Monte Formoso	Baixo Vale do Jequitinhonha	Almenara	270	5h00
Espinosa	Serra Geral	Janaúba	280	4h00
Gameleiras	Serra Geral	Janaúba	328	6h00
São Romão	Noroeste	Pirapora	380	7h00
Santo Antônio do Rio Abaixo	Centro	Diamantina	450	8h30
São Sebastião do Rio Preto	Centro	Diamantina	512	8h30

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais / Assessorias Estratégicas do Gabinete do Comando-Geral.

Notas: A distância e o tempo estimado referem-se aos procedimentos de ida e volta dos municípios sede de frações até os municípios onde funcionam os plantões regionalizados, não estando computados o tempo de espera para atendimento em virtude da lavratura de procedimentos administrativos (TCO, APF ou audições).



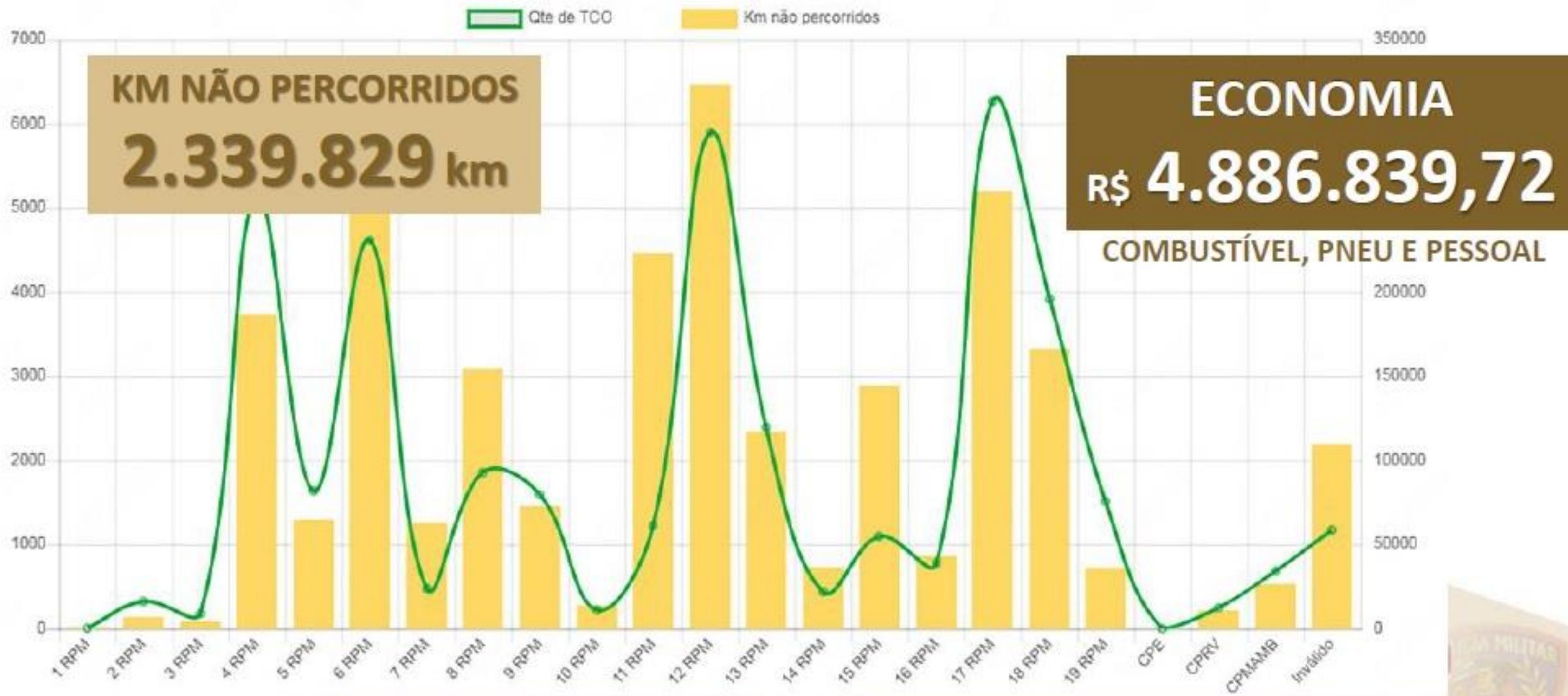
Tabela Parcial de Economia de Combustível com a Lavratura do TCO-PM

Qt	Cidade	Deslocamento em horário de expediente	Deslocamento fora do expediente	Distância Percorrida Expediente (KM)	Distância Percorrida fora do Expediente (KM)	Economia por TCO-PM Lavrado horário de expediente R\$	Economia por TCO-PM Lavrado fora do horário de expediente R\$
1	Guapó	cidade de origem	Trindade	0	58	0	69,6
2	Aragoiânia	cidade de origem	Trindade	0	108	0	129,6
3	Abadia de Goiás	cidade de origem	Trindade	0	34	0	40,8
4	Varjão	cidade de origem	Trindade	0	126	0	151,2
5	Inhumas	cidade de origem	Trindade	0	80	0	96
6	Damolândia	Inhumas	Trindade	46	134	55,2	160,8
7	Nova Veneza	Inhumas	Trindade	46	96	55,2	115,2
8	Santo Antônio	Inhumas	Trindade	72	100	86,4	120
9	Itauçu	Inhumas	Trindade	50	128	60	153,6
10	Araçu	Inhumas	Trindade	56	136	67,2	163,2
11	Avelinópolis	Inhumas	Trindade	92	100	110,4	120
12	São Domingos	Posse	Posse	286	286	343,2	343,2
13	Divinópolis	Posse	Posse	306	306	367,2	367,2
14	Teresina	Cavalcante	Cavalcante	46	46	55,2	55,2
15	Monte Alegre	Campos Belos	Campos Belos	144	144	172,8	172,8
16	Cidade Ocidental	cidade de origem	Luziânia	0	44	0	52,8
17	Abadiânia	cidade de origem	Anápolis	0	72	0	86,4
18	Pirenópolis	cidade de origem	Anápolis	0	126	0	151,2
19	Itaguari	cidade de origem	Itapuranga	0	136	0	163,2
20	Itaguaru	cidade de origem	Itapuranga	0	102	0	122,4
21	Taquaral de Goiás	cidade de origem	Itapuranga	0	186	0	223,2
22	Heitorai	cidade de origem	Itapuranga	0	52	0	62,4
23	Santa Rosa	cidade de origem	Itapuranga	0	220	0	264



# TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA

JAN A DEZ 2018



# **CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS**

## **(Ofício nº 024/2020 – CNCG)**

	<b>TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO EM MINUTOS</b>	
<b>FATO</b>	<b>PMESP</b>	<b>PMSC</b>
<b>ACIDENTE DE TRANSITO COM VÍTIMA</b>	165 minutos	48 minutos
<b>PERTURBAÇÃO DO TRABALHO E SOSSEGO</b>	150 minutos	22 minutos
<b>AMEAÇA</b>	220 minutos	32 minutos



# Resultados obtidos

**GANHAMOS** mais de 750 mil horas de Policiamento

**POUPAMOS** mais de 65 mil plantões de 12 horas

**REPRESENTANDO** mais de 87 ANOS fora das DPs

**ECONOMIZAMOS** mais de R\$ 1.500.000,00  
em combustível



# **Maioria dos crimes no Brasil não chega a ser solucionada pela polícia**

De cada cem crimes pelo país, mais de 90 nunca foram descobertos. E, assim, somente uma faixa de 5% a 8% dos assassinos são punidos.



# Brasil não soluciona nem 10% dos seus homicídios

País com maior número de mortes violentas no mundo, Brasil também perpetua a impunidade

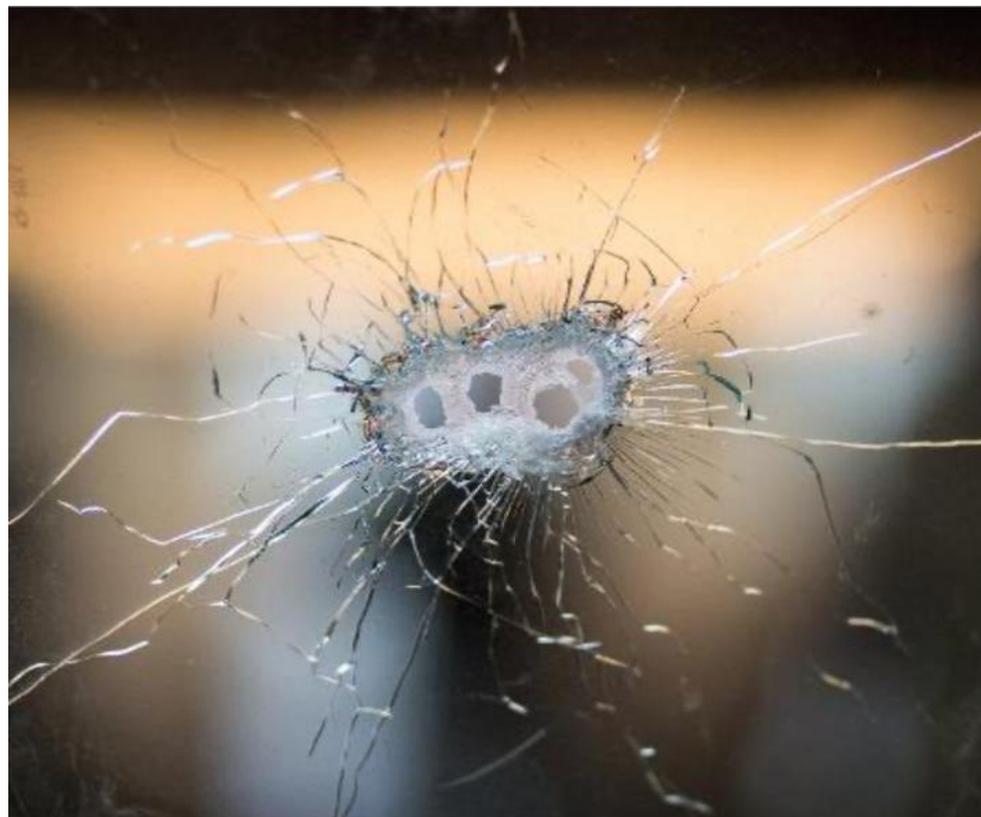




## SEGURANÇA PÚBLICA

---

Estudo: custo da violência equivale a percentual do PIB gasto com educação





O que você está buscando?



# Déficit de delegados no Brasil chega a 6,2 mil, segundo Fendepol

*A Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil (Fendepol) alertou sobre a falta de delegados no Brasil e apontou os casos mais graves.*



28/10/2019 10:33 · Atualizado: 29/10/2019 11:59

# PONTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS À ADOÇÃO DO CICLO COMPLETO DE POLÍCIA

<b>PONTOS FAVORÁVEIS</b>	<b>PONTOS CONTRÁRIOS</b>
Celeridade no atendimento da ocorrência;	Redução na qualidade das investigações;
Eficiência na prestação do serviço público;	Investigação de civis por militares;
Economia para os cofres públicos;	Comprometimento do policiamento ostensivo e preventivo;
Mais investimentos nos órgãos de segurança pública;	Aumento da possibilidade de prática de irregularidades ao registrar ocorrências;
Mais investimentos nas causas da criminalidade;	Impossibilidade de um órgão policial fiscalizar o outro;
Maior elucidação de crimes;	

# PONTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS À ADOÇÃO DO CICLO COMPLETO DE POLÍCIA

## PONTOS FAVORÁVEIS

## PONTOS CONTRÁRIOS

Redução na quantidade de crimes (maior número de operações policiais e de viaturas disponíveis para o policiamento preventivo);

Redução da cifra negra;

Preservação da liberdade das partes;

Desburocratização e Simplificação da prestação de segurança pública;

Desafogamento da Polícia Civil para que possa investigar crimes mais graves;

# CICLO COMPLETO DE POLÍCIA

- A implementação do Ciclo Completo de Polícia implicará na melhoria na prestação da segurança pública para o país?
- Quais critérios adotar para definir se determinados crimes serão de atribuição da Polícia Militar ou da Polícia Civil?



# MUNICIPALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

- A Guarda Municipal pode se tornar uma Polícia Municipal?

# MUNICIPALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

## PONTOS FAVORÁVEIS

## PONTOS CONTRÁRIOS

Proximidade da polícia com a sociedade local;

Utilização da polícia municipal pelos prefeitos, com fins diversos;

Possibilidade de haver um maior controle social dos órgãos policiais

Custeio e manutenção dos órgãos policiais municipais;

Uma maior participação e colaboração da sociedade com os órgãos policiais;

Possíveis efeitos danosos decorrentes do alto grau de proximidade entre o policial municipal e o munícipe;

Desafogamento da Polícia Militar para que possa cuidar de crimes mais graves;

Comprometimento de uma uniformização de atuação policial, em razão da realidade e limitações dos municípios brasileiros;

Possibilidade da Polícia Municipal lavrar TCO e liberar a Polícia Militar para registrar crimes mais graves.

Possível deficit na qualidade da prestação de serviço de segurança pública.

# PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO

- Na linha da PEC n. 431/14, de autoria do Deputado Federal Subtenente Gonzaga e do que foi defendido por Ronaldo Roth, sugere-se as seguintes redações (adaptado).
- **Proposta de alteração na Constituição Federal:**

## **Art. 144 (...)**

§11. Além de suas competências específicas, os órgãos previstos nos incisos do caput deste artigo, realizarão o ciclo completo de polícia na persecução penal, consistente no exercício da polícia ostensiva e preventiva, investigativa, judiciária e de inteligência policial, na forma da lei complementar que definirá o critério das atribuições, material e territorial.

## - **Proposta de alteração no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

Art. XX. Até a edição da lei complementar prevista no § 11 do art. 144, todos os órgãos policiais poderão lavrar termo circunstanciado de ocorrência que será encaminhado diretamente para o Juizado Especial Criminal.

**MUITO OBRIGADO**

**Rodrigo Foureaux**

